

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-077-3

DOI 10.22533/at.ed.773192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado *“cultura, políticas públicas e sociais”* e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CULTURA E COMPLEXIDADE NOS PROJETOS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTEMPORÂNEAS	
Maria Beatriz Afflalo Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.7731925011	
CAPÍTULO 2	16
ACERVO MATERIAL E DOCUMENTAL: A MEMÓRIA HISTÓRICA COMO POLÍTICA CULTURAL	
Sílvia Rachi	
DOI 10.22533/at.ed.7731925012	
CAPÍTULO 3	28
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE - GO	
Ana Paula Felix Arantes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925013	
CAPÍTULO 4	36
CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?	
Carla Cristina Rosa de Almeida	
João Policarpo Rodrigues Lima	
Maria Fernanda Gatto	
DOI 10.22533/at.ed.7731925014	
CAPÍTULO 5	52
PATRIMÔNIO CULTURAL EM PERIGO – A ARTE FUNERÁRIA E O DESCASO COM SUA PROTEÇÃO EM JUIZ DE FORA/MG	
Leandro Gracioso de Almeida e Silva	
Marlise Buchweitz	
DOI 10.22533/at.ed.7731925015	
CAPÍTULO 6	63
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E CONDIÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA: O CASO BRASILEIRO DA PERSPECTIVA DO PLANO DA SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA (2011-2014)	
Jessica Rani Ferreira de Sousa	
Henrique César Muzzio	
Jackeline Amantino de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925016	
CAPÍTULO 7	76
POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITO DA PESSOA IDOSA: ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DE IDOSOS/ AS USUÁRIOS/AS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO - CRI DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.7731925017	

CAPÍTULO 8	87
CULTURA DIGITAL E FACEBOOK: ALIENAÇÃO TÉCNICA E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	
Thiago Oliveira da Silva Novaes	
DOI 10.22533/at.ed.7731925018	
CAPÍTULO 9	100
O FLUXO MIGRATÓRIO COMO ÚNICA OPÇÃO PARA MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA	
Cristiane Feldmann Dutra	
Roberta Gabriela Sucolotti de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.7731925019	
CAPÍTULO 10	116
EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA	
Cristina Xavier	
Gabriela dos Santos Silva	
Ramofly Bicalho dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250110	
CAPÍTULO 11	128
RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRILANDO OS CAMINHOS DO ENVELHECIMENTO ATIVO NO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA-PE	
Flávia Pereira de Sá	
Elizangela Maria Vieira Dantas	
Josenildo André Barboza	
Maria do Socorro Souza Lima	
Mariana dos Santos Silva	
Fábia Maria de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.77319250111	
CAPÍTULO 12	134
A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO SETOR PÚBLICO	
Jefferson Davi Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.77319250112	
CAPÍTULO 13	143
OS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA PRÁTICA DO CONTRABANDO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Marcela Fróes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.77319250113	
CAPÍTULO 14	161
EMPRESAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: SUAS AÇÕES NA ÁREA CULTURAL E AS LEIS DE INCENTIVO FISCAL	
Mariana de Barros Souza	
Adriana Cristina Ferreira Caldana	
Lara Bartocci Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.77319250114	
CAPÍTULO 15	180
OS CONCEITOS ORIENTADORES PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS CULTURAIS EM	

ESTADOS PARTES DO MERCOSUL

Renner Coelho Messias Alves

Janaina Machado Simões

DOI 10.22533/at.ed.77319250115

CAPÍTULO 16 194

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO AMAZONAS

Michele Lins Aracaty e Silva

Lorena Ravielly Carlos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.77319250116

CAPÍTULO 17 214

PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA COM MULHERES CAMPONESAS

Márcia Alves da Silva

Carla Negretto

DOI 10.22533/at.ed.77319250117

CAPÍTULO 18 226

ARRASTÕES DE SÃO JOÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO COSTUME EM PRODUTO E O CONSUMO CULTURAL NO RECÔNCAVO BAIANO

Everton Conceição Santos

DOI 10.22533/at.ed.77319250118

CAPÍTULO 19 232

A FESTA DO CAMINHONEIRO: TURISMO RELIGIOSO E CULTURAL NA CIDADE DE ITABAIANA/SE

Leylane Meneses Martins

DOI 10.22533/at.ed.77319250119

CAPÍTULO 20 246

ALMA E RESSONÂNCIA DOS ESPAÇOS CEMITERIAS: EM FOCO, OS *BRITISHES CEMETERIES* NO NORDESTE

Davi Kiermes Tavares

José Paulo Siefert Brahm

Diego Lemos Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.77319250120

CAPÍTULO 21 259

ANÁLISIS FESTIVAL ESTÉREO PICNIC: CRECIMIENTO DE LOS FESTIVALES Y LA OFERTA MUSICAL EN COLOMBIA (2010-2015)

Daniela Herrera Dimaté

DOI 10.22533/at.ed.77319250121

CAPÍTULO 22 272

EXTRATIVISTAS BRASILEIROS DESLOCADOS DA AMAZÔNIA BOLIVIANA: MUDANÇAS NOS MODOS DE VIDA

Emilson Ferreira de Souza

DOI 10.22533/at.ed.77319250122

SOBRE O ORGANIZADOR..... 287

CULTURA E DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: POLÍTICA CULTURAL PARA QUEM?

Carla Cristina Rosa de Almeida

Faculdade de Economia - Universidade Federal
de Mato Grosso – UFMT
Cuiabá - MT – Brasil

João Policarpo Rodrigues Lima

Programa de Pós-Graduação em Economia
PIMES - Universidade Federal de Pernambuco
UFPE
Recife (PE) -Brasil

Maria Fernanda Gatto

Programa de Pós-Graduação em Economia
PIMES - Universidade Federal de Pernambuco
UFPE
Recife (PE) -Brasil

RESUMO: O consumo cultural é dotado de especificidades decorrentes tanto de seus significados simbólicos, como das características econômicas dos bens culturais. Por sua vez, a participação cultural é fator de transmissão de desigualdades sociais e educacionais, sobretudo, considerando a inércia das divisões sociais. Nesse contexto, a questão dos subsídios às artes e da influência do setor cultural no desenvolvimento econômico divide opiniões nas diversas áreas de conhecimento. Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir a relação entre cultura e desenvolvimento das cidades, bem como os diferentes desencadeamentos acerca da implementação

de políticas culturais. O debate traz evidências de que as políticas culturais têm privilegiado as classes mais altas de renda, fato agravado pelas trajetórias da urbanização das grandes cidades, caracterizadas pela alta segregação social. Conseqüentemente, as ações culturais não serão capazes de reverter o quadro atual se não forem articuladas com outras áreas da gestão pública, tais como educação e planejamento urbano.

PALAVRAS-CHAVES: Amenidades culturais, planejamento urbano, desenvolvimento urbano.

ABSTRACT: Cultural consumption is characterized by specificities stemming both from its symbolic meanings and from the economic particularities of cultural goods. In turn, cultural participation is a factor of transmission of social and educational inequalities, especially because of the inertia of social divisions. In this context, the issue of subsidies to the arts and the influence of the cultural sector on economic development divide opinions in the various areas of knowledge. This paper discusses the relationship between culture and development of cities, as well as the different point of view about the implementation of cultural policies. The discussion demonstrates that cultural public policies have privileged the highest income classes and this condition was aggravated by the urbanization trajectories of large cities,

characterized by high social segregation. Consequently, cultural actions will not be able to reverse the current situation if they are not articulated with other areas of public management, such as education and urban policy.

KEYWORDS: Cultural amenities, urban planning, urban development.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil é caracterizado pela disparidade de consumo cultural entre os diferentes níveis de renda e educação, que se agrava em nível espacial, em virtude da desigualdade da oferta de equipamentos culturais entre cidades/regiões e dentro das próprias cidades. De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares, a grande maioria das famílias brasileiras não realizou nenhum tipo de gasto com cultura (ALMEIDA, LIMA, GATTO, 2017). Além disso, nos anos 2000, o percentual de domicílios que realizaram gastos extradomiciliares caiu, em parte, devido a um deslocamento da demanda para consumo no domicílio, relacionado ao significativo aumento do consumo das novas tecnologias de comunicação.

A não viabilidade econômica de grande parte dos serviços culturais, juntamente com a visão que consagra a importância da preservação de identidade nacional e do direito à cultura, faz com que os subsídios às artes sejam praticados em diversos países. Nesse contexto, são diversas as abordagens sobre o papel do Estado como propulsor do setor cultural. Afinal, por que a oferta cultural institucional importa? Por um lado, tem-se que o consumo cultural é dotado de especificidades decorrentes tanto de seus significados simbólicos, como das características econômicas dos bens culturais (MANTECÓN, 2009; STIGLER, BECKER, 1977). Por outro lado, “a dimensão cultural da existência é (ou pode vir a ser) importante ferramenta, veículo e processo para a inclusão das classes populares no espaço urbano e ampliação do real acesso à cidade” (LIBÂNIO, 2014, p. 2).

Dessa forma, consistindo a cultura em direito constitucional, as políticas culturais devem ser avaliadas não somente em termos de renda gerada à classe cultural, mas também em termos de amplitude do acesso tanto às artes eruditas, quanto a outras formas de manifestações culturais e informações. Também é preciso considerar que a participação cultural é fator de transmissão de desigualdades sociais e educacionais, sobretudo, considerando a inércia das divisões sociais (MANTECÓN, 2009). Dessa forma, nesse artigo discute-se a relação entre cultura e desenvolvimento das cidades, bem como os diferentes desencadeamentos acerca da implementação de políticas culturais. Em especial, como facilitam ou dificultam a inclusão de pessoas de baixa renda no consumo cultural.

No campo da teoria econômica, em geral, a discussão perpassa pela análise das falhas de mercado intrínsecas ao setor, sobretudo as externalidades positivas dos investimentos públicos em cultura e a sua capacidade (ou não) de exceder os custos de intervenção. No campo que relaciona oferta cultural e desenvolvimento local, alguns

autores colocam a questão sob o ponto de vista da importância das amenidades culturais e de consumo para atração de capital humano e, conseqüentemente, das decorrentes externalidades que contribuem para o crescimento econômico das cidades, como apresentado na seção 2.

Cabe também enfatizar a importância da cultura para além do seu âmbito estético e/ou econômico, sobretudo o entendimento do seu papel para o pleno desenvolvimento de capacidades e expressões que ele faculta aos diferentes grupos. Sob a ótica do direito à cultura e acesso à cidade, as políticas culturais são importantes no processo de fortalecimento da cidadania. Nesse sentido, a discussão engloba a inclusão da cultura nos projetos urbanos de revitalização e dinamização de regiões e municípios, enfocando para além da sua função econômica, seu papel no âmbito social. Tais visões são abordadas na seção 3.

Na seção 4, traz-se uma análise do desenvolvimento cultural atual de cidades brasileiras, mediante a apresentação de dados sobre a oferta de equipamentos culturais e de uma revisão bibliográfica sobre a distribuição dos mesmos nas principais cidades do país. Por fim, na seção 5, tem-se as considerações finais.

2 | AMENIDADES CULTURAIS E CRESCIMENTO DAS CIDADES

Diversos autores da área de Economia Regional e Urbana vêm procurando demonstrar a relação entre amenidades culturais e desenvolvimento das cidades, cujas teses mais conhecidas são as de Edward Glaeser e Richard Florida.

Glaeser enfoca a importância das amenidades de consumo em geral em detrimento da produção como indutor de crescimento econômico, as chamadas cidades consumidoras (GLAESER, 2011; 2005; GLAESER et al., 2001; GLAESER, MARÉ, 1994). O argumento baseia-se na tese de que, devido à aglomeração de indivíduos com alto nível de capital humano, em geral, a renda média da população nessas localidades tem crescido mais que a média dos salários, bem como tem apresentado taxas mais altas de crescimento populacional em comparação ao crescimento do emprego. Englobam-se os casos de São Francisco e Londres, como cidades para consumo, e o caso de Paris, cujo fator de atração de pessoas consiste nas amenidades estéticas.

Os autores apresentam que nas grandes cidades modernas são observadas quatro amenidades: (i) diversidade de bens de consumo e serviços, com os últimos particularmente importantes para o município – restaurantes, teatros, etc. – já que são não comercializáveis fora do local; (ii) conjunto de atributos estéticos e físicos, que podem estar relacionados a aspectos naturais ou arquitetônicos; (iii) serviços públicos essenciais, tais como escolas públicas de qualidade e baixa taxa de criminalidade; e (iv) velocidade, que consiste em uma ‘amenidade virtual’ relacionada ao tempo de deslocamento dentro do município (*commuting costs*).

Richard Florida (2002; 2003), por sua vez, relaciona o sucesso das cidades com a presença da classe criativa, que “é um conjunto de pessoas que se engajam em funções profissionais cuja criação tem papel central e pode assumir formas diversas. (FLORIDA, 2002, p. 4). Sua hipótese consiste em dois argumentos principais: (i) que pessoas talentosas e criativas têm maior capacidade de contribuir para inovação e, conseqüentemente, crescimento econômico; (ii) que tais tipos de indivíduos – muitos ligados as atividades intensivas em tecnologia - buscam locais ricos em amenidades naturais e culturais.

Dado que o espaço não é neutro e exerce influência na decisão locacional, já que as diferentes classes de indivíduos não estão distribuídas uniformemente (e nem aleatoriamente) e que as pessoas não buscam apenas empregos na escolha da habitação, o que faz com que alguns lugares se tornem destino da classe criativa? Florida (2003) afirma que os centros criativos são regiões que apresentam características específicas, cujos atributos são de interesse de indivíduos pertencentes à classe criativa. Dentre esses atributos, tem-se as amenidades relacionadas ao estilo de vida, que incluem possibilidades de atividades esportivas e culturais, além de relações sociais. Nesta última, a tolerância tem papel fundamental e pode ser observada através da identificação de lugares com baixas barreiras à entrada de pessoas.

Em termos de implicações de políticas, para o autor, cidades cujos governos investem milhões em estádios e em medidas de atração de grandes lojas varejistas estão “presas ao passado”. Ao não realizar investimentos em amenidades de estilo de vida, as ações serão ineficientes para atrair jovens talentosos, sobretudo para as pequenas e médias cidades que dependem de fluxos migratórios para seu desenvolvimento.

Em oposição ao papel central dos consumidores culturais no desenvolvimento atribuída pelos autores mencionados, Markusen e King (2003) e Markusen (2013), enfatizam a importância da própria classe cultural. Comparam a função dos artistas para o desenvolvimento regional ao dos bens públicos, uma vez que contribuem não somente a partir dos fluxos de renda atuais, mas também através dos retornos para a região em virtude de investimentos passados, sobretudo em infraestrutura.

Por sua vez, uma das principais críticas ao modelo de Glaeser é apresentada em Stoper e Scott (2009) e está vinculada ao problema para identificar as preferências dos indivíduos que vivem nas grandes cidades, atribuindo às amenidades de consumo como fator central de atração de habilitados, sem mensurar se essas preferências são reais. Também se contrapõem as conclusões sobre mudança nas preferências dos indivíduos mais talentosos, que teriam passado a valorizar mais as amenidades de consumo.

Dentre as principais críticas ao modelo de Florida, podem-se citar os textos de Glaeser (2005) e de Stoper e Scott (2009). Ambos os trabalhos apontam que não foram encontradas evidências empíricas da relação entre os índices de diversidade e tolerância e crescimento urbano, o que fragiliza a tese de Florida sobre cidades com

baixas barreiras à entrada de pessoas, atração de classe criativa e sua contribuição no desenvolvimento local. Glaeser (2005) concorda sobre a crescente importância da classe criativa na economia, porém, discorda sobre o ineditismo da 'teoria da classe criativa' em relação ao *mainstream* da Economia Urbana, já que não avança teoricamente do consenso de que capital humano precede o sucesso das cidades. Por sua vez, Stoper e Scott (2009) apontam que, ao contrário da maioria das teorias sobre inovação, Florida não discute os canais que estimulam e possibilitam a interação entre os agentes.

Stoper e Scott (2009) ainda acrescentam que Glaeser e Florida subestimam a importância do trabalho de baixa qualificação para manter o sistema urbano em operação, sobretudo que trabalhadores de alto e de baixos salários são complementares para a emergência da nova economia nas maiores cidades. Consequentemente, tais teses, sobretudo a de Florida, induzem a sugestões de políticas que aumentariam hiato entre as classes sociais, levando a uma segmentação do mercado de trabalho e afetando a qualidade da cidadania.

Por fim, Stoper e Scott (2009) afirmam que ambas as teses deixam em aberto a maior questão sobre o progresso das cidades: a identificação das forças que levam ao processo de crescimento e desenvolvimento urbano na sua origem, ou seja, o que levou ao agrupamento de indivíduos habilidosos em determinadas regiões. Consideram, então, que são a produção e os postos de trabalho que dirigem a prosperidade urbana e, somente a partir daí é que surgem as amenidades sociais, culturais, materiais e econômicas. Tais amenidades são endógenas ao crescimento urbano e não causadoras desse processo, logo, possuem relevância marginal como fatores de atração de capital humano.

Um forte argumento para tal afirmação baseia-se no entendimento de que as escolhas locacionais individuais estão inseridas em um conjunto de possibilidades, que incluem as preferências, mas que também (e principalmente) estão fortemente ligadas à restrição orçamentária definidas pelas oportunidades de trabalho.

Por sua vez, criticando as teses que enfocam o papel da cultura para regeneração de cidades pós-industriais, Andy Pratt (2008; 2009) evidencia o risco de gentrificação dos espaços culturais, isto é, da valorização de uma determinada região que prejudica a permanência de antigos moradores e a própria classe cultural, devido ao aumento dos custos (PRATT, 2008; 2009). Além disso, aponta que o fator de desenvolvimento local e a criatividade estão nos produtores culturais e 'artistas reais' e não nos consumidores que realizam gastos na localidade em virtude das amenidades culturais existentes.

Defende, portanto, políticas de desenvolvimento da indústria cultural e não apenas políticas de promoção de consumo. As ações públicas devem, ainda, considerar que a valorização imobiliária dos espaços culturais pode forçar o deslocamento para espaços mais baratos, o que, em última instância, pode contribuir para o próprio declínio da localidade. Ademais, ressalta que 'vender cidades' com recursos públicos é uma forma de taxaço socialmente regressiva.

3 | CULTURA COMO POLÍTICA URBANA E SOCIAL

No âmbito das relações entre planejamento urbano, cidade e cultura, o debate tem sido embasado pelo entendimento da cidade como um espaço construído e disputado a partir das relações sociais. Em linhas gerais, os direitos culturais reúnem o “direito à identidade e à diversidade cultural, direito à participação na vida cultural, direito autoral e direito/dever de cooperação cultural internacional” (MINC, 2011, p. 30). Assim, não devem limitar-se “a proteção do território, da língua e da educação [tradução nossa]” (CANCLINI, 2005, p. 12), pois o processo de construção de cidade perpassa pelos ‘direitos conectivos, o acesso as indústrias culturais e as comunicações’. De acordo com Canclini (2005, p. 13)

Formar públicos y formar ciudadanos: (...) ambas tareas se combinan. No se justifica separar el entretenimiento de la información, ni el negocio industrial de los servicios a la sociedad. Las nuevas destrezas necesarias para obtener un trabajo calificado se entrelazan con los consumos culturales de formato digital, y ambos con el uso de redes tecnológicas avanzadas para comunicar masivamente las demandas sociales.

Na estreita relação entre direitos culturais, direito a cidade e cidadania, para Mantecón (2009), as ofertas culturais não são somente meios de entretenimento, mas também oportunidades de formar concepções do mundo. Então, ‘os setores excluídos contam com uma menor quantidade de recursos através dos quais se explica o mundo em que vivem e de atuação nele, o que limita, afinal de contas, seu caráter de cidadãos [tradução nossa]’ (MANTECÓN, 2009, p. 94).

No contexto das práticas das ações públicas que influenciam os hábitos extradomiciliares de consumo, especificamente aquelas que pautam cidade e cultura, são comuns intervenções para revitalização urbana, através da regeneração de áreas urbanas degradadas ou ‘vazias’, preservação de patrimônio ou ambientes históricos, construção de equipamentos culturais, entre outras (VAZ, 2004). Nas últimas décadas, a inclusão da cultura e outros tipos de bens não materiais têm sido presente nos projetos urbanos das cidades pós-industriais como instrumento de desenvolvimento econômico e reversão de danos causados pelos processos de industrialização. Além disso, constitui “elemento diferencial na disputa entre as cidades por apresentar as melhores condições para atrair capitais, investimentos, empresas, moradores e turistas” (VAZ, 2004, p.2).

São muitos os exemplos de cidades onde investimentos em projetos que alavancam a cultura, turismo e/ou atividades esportivas foram bem-sucedidos quanto ao aumento da renda e a redução da taxa de criminalidade. No Brasil, a maior parte das políticas tem englobado ações pontuais de revitalização urbana, embora tenham aumentado as iniciativas de promover segmentos da economia criativa como estratégias de desenvolvimento local.

Atualmente, oito cidades brasileiras integram a Rede Internacional de Cidades Criativas da UNESCO: Belém (PA), Florianópolis (SC) e Paraty (RJ), no campo da

gastronomia, Curitiba (PR) e Brasília (DF), na área de design, Salvador (BA), no segmento de música, Santos (SP), no setor de cinema e João Pessoa (PB), no segmento de artesanato e artes folclóricas (UNESCO, 2017). Sobre instalações de equipamentos culturais ou de revitalização de espaços urbanos degradados, Machado (20-, p. 29-30) menciona os casos do

(...) Pelourinho, em Salvador; a criação do Porto Digital no Recife Antigo, em Recife; a construção do espaço cultural Dragão do Mar, em Fortaleza; a recuperação da área portuária, em Belém; a revitalização da área da Praça da Estação, em Belo Horizonte e da região da Lapa, no Rio de Janeiro; a construção da Ópera do Arame, em Curitiba; a requalificação da região da Estação da Luz (Pinacoteca, Museu da Língua Portuguesa, Sala São Paulo), em São Paulo”.

São diversas as críticas ao estrito ‘sucesso econômico’ das intervenções, que fogem ao escopo desse trabalho, que se atem ao resultado das políticas em termos de melhoria de renda e, principalmente, de acesso ao consumo cultural por parte dos residentes. Nesse contexto, ainda que seja difícil avaliar o custo-benefício de tais ações, historicamente, as intervenções urbanas têm-se concentrado nas áreas mais centrais e valorizadas das cidades, inclusive gerando gentrificação (VAZ, 2004). Conforme Vaz (2004, p.3),

Não se trata, portanto, do planejamento cultural enquanto provisão e distribuição de equipamentos e atividades culturais no território da cidade (..), mas “de projetos para intervenções urbanísticas nas quais se faz uso estratégico de recursos culturais tendo por objetivo o desenvolvimento local, e que podem ou não estar associadas a planos e políticas culturais.

Dessa forma, a construção de equipamentos culturais não é capaz, por si só, de mudar a realidade local quanto ao desenvolvimento, como muitas vezes também não promove a democratização cultural aos residentes. Nesse sentido, Canclini (1999, p. 135) ressalta que

As políticas culturais mais democráticas e mais populares não são necessariamente as que oferecem espetáculos e mensagens que cheguem à maioria, mas as que levam em conta a variedade de necessidades e demandas da população. Nem as elites nem os setores, como revela a fragmentação de seus comportamentos, constituem uma massa homogênea.

Percebe-se avanços principalmente no que tange as ações direcionadas à democracia cultural e ao rompimento das ‘tristes tradições’ – ausência, autoritarismo e instabilidade - apontadas por Rubim (2013). As políticas públicas de cultura avançaram sobretudo nos seguintes pontos: (i) abrangência: ampliação do conceito de cultura para além dos tópicos típicos de elites – altas artes – incluindo “outras modalidades de culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das mídias; das redes informáticas; das periferias etc.” (RUBIM, 2013, p. 233), assim como em termos de debate das políticas com a sociedade; (ii) sistematização das informações na cultura, cujo marco foi a parceria firmada, em 2004, com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para compilação de estatísticas culturais, que passaram a ser publicadas periodicamente no Sistema de Informações e Indicadores Culturais

(SIIC); e (iii) “a implantação e desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC)” (RUBIM, 2013, p. 234).

Contudo, dentre as principais críticas as políticas públicas, Botelho destaca que

Tais políticas levam em conta fundamentalmente os obstáculos materiais às práticas culturais, como a má distribuição ou a ausência de espaços culturais ou os preços elevados dos ingressos. Elas não atentam, no entanto, para outros fatores, tão decisivos quanto os citados e que não se reduzem à dimensão econômica ou “de oferta”. Há distinções de formação e de hábitos no tecido da vida cotidiana que têm grande incidência sobre as práticas culturais (2007, p. 172)

Assim, para que tais avanços tenham efetivo impacto nos padrões de consumo da sociedade, as propostas atuais em linha com o conceito amplo de cultura deverão diferenciar a facilitação de acesso às manifestações artísticas tradicionais de democratização cultural, pois “democratização cultural não é induzir a totalidade da população a fazer determinadas coisas, mas sim oferecer a todos a possibilidade de escolher entre gostar ou não de algumas delas” (BOTELHO; FIORE, 2004, p. 3).

Sobre a recente expansão da oferta institucional de equipamentos culturais, contrapondo-se a baixa utilização dos mesmos pelas classes sociais com menores renda e nível de escolaridade, Libânio (2014, p. 6) afirma que há “obstáculos materiais ao consumo e fruição cultural, (...) mas que as barreiras simbólicas eram as predominantes.” Dentre as barreiras simbólicas, Mantecón (2009) destaca a impressão que as camadas populares têm sobre a vinculação entre ‘alta cultura’ e setores de maior renda, expressado no sentimento de não pertencimento a espaços culturais de construção luxuosas; os diversos tipos de medos, desde mostrarem-se ignorante perante os demais pelo desconhecimento da linguagem, ao receio de empreenderem-se em práticas cujas utilidades e qualidades não estão bem definidas anteriormente.

A persistência da inércia dos acessos, a despeito das políticas de ampliação de oferta cultural, ligadas ou não a revitalização de áreas urbanas degradadas, vinculase as persistentes as desigualdades econômicas e sociais. Tais desigualdades são refletidas nas trajetórias de urbanização, com predominância dos espaços privados de interação, enquanto “a mobilidade territorial e o uso de equipamentos culturais se convertem, cada vez mais, em direito e privilégio das classes com maior poder aquisitivo” (BOTELHO, 2003, p. 4). Se as cidades têm perdido sua função de promover convívio social ao longo do tempo, a política cultural pode contribuir para reversão desse processo, pois é “resultado de uma outra visão sobre a ocupação das ruas e dos espaços públicos, (...) voltada a superar modelos excludentes” (FERREIRA, 2016).

Estas reflexões indicam que as políticas culturais devem ser pensadas de forma transversal, caso contrário, não têm efeito, nem como política urbana, nem para promover o setor cultural. Logo, devem ser avaliadas no que tange aos seus resultados, não somente em termos de renda gerada à classe cultural e ao entorno de onde está sendo realizada, mas também em termos de democratização do acesso às artes e à participação política em relação a cidade, legitimando o direito constitucional

à cultura e ao exercício de cidadania.

4 | NOTAS SOBRE A OFERTA INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE CIDADES BRASILEIRAS

O desenvolvimento cultural das cidades pode ser analisado por diferentes óticas, perpassando pela oferta e distribuição de equipamentos culturais, pela eficácia da gestão cultural, pela análise do mercado de trabalho, dentre outras. Dessa forma, muitos estudos têm procurado encontrar evidências empíricas entre grau de desenvolvimento cultural das cidades e padrão dos hábitos culturais das famílias. Dentre as variáveis importantes para desenvolvimento cultural de uma localidade, tem-se a oferta institucional. Nesse sentido, entende-se que

[...] “equipamentos culturais” são “tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.)” (COELHO, 1997, p. 546 apud GRAEFF, WAISMANN, BERG, 2014, p. 208-209).

A análise quantitativa dos equipamentos culturais de uma determinada cidade ou região metropolitana (RM) é limitada e evidencia somente “o estoque fixo ligado à cultura existente no momento da pesquisa no município, aberto ao público, podendo ou não ser mantido pelo poder público em qualquer esfera, seja ela federal, estadual ou municipal” (IBGE, 2010, p. 55). Ignora, portanto, aspectos como eficiência da gestão cultural, tamanho do público atendido nos espaços culturais, preço/gratuidade dos ingressos, existência e abrangência das atividades ao “ar livre” em praças ou parques, qualidade da mobilidade urbana, entre outros. Porém, a importância da oferta institucional não pode ser menosprezada, tendo em vista que determinadas programações exigem infraestrutura física.

Com base nessa percepção, têm sido realizados esforços para mapeamentos da oferta institucional pelo Estado, bem como inclusão de metas de ampliação dessa oferta no âmbito da política cultural, a exemplo da Meta 31 do PNC. Nesse contexto, com exceção das livrarias, o percentual de municípios brasileiros com presença de equipamentos culturais tem aumentado ou vem mantendo-se constante nos últimos anos. As bibliotecas públicas e os ginásios poliesportivos mantêm a tradição como os equipamentos mais bem distribuídos, enquanto shopping centers e cinemas são os mais concentrados espacialmente, como apresentado na Figura 1.

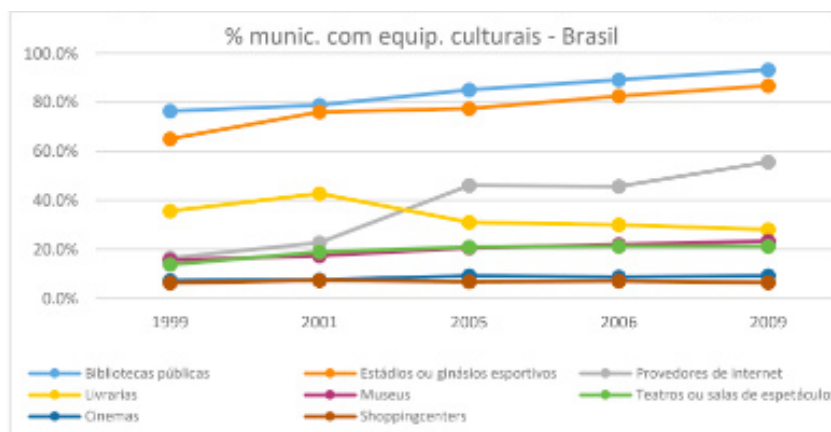


Figura 1: Percentual de municípios com presença de equipamento cultural por tipo de equipamento – Brasil, 1999, 2001, 2005, 2006 e 2009 (%)

Fonte: IBGE/MUNIC (2010).

Em termos de distribuição espacial entre as grandes regiões, no que tange a quantidade de museus, o relatório do Ibram (2011) aponta que Sudeste e Sul concentram 67% dos museus do país, seguido do Nordeste, com 21%, enquanto Norte e Centro-Oeste, juntos, concentram 12%. A Tabela 1 evidencia disparidades regionais, com as regiões Sudeste e Sul do país apresentando percentual de municípios com presença de equipamentos acima da média nacional. Já no caso da existência de grupos artísticos, a desigualdade territorial é menor.

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	
Número total de municípios	5565	449	1794	1668	1188	466	
Percentual de municípios com existência de							
Equipamentos culturais	Bibliotecas públicas	93,21%	85,52%	89,58%	97,78%	94,70%	94,42%
	Estádios ou ginásios esportivos	86,68%	76,39%	75,08%	94,30%	93,94%	95,49%
	Provedores de internet	55,62%	46,10%	57,92%	59,05%	48,57%	61,59%
	Livrarias	27,98%	20,27%	21,07%	26,86%	41,92%	30,47%
	Museus	23,34%	10,69%	14,77%	28,12%	37,37%	15,67%
	Teatros ou salas de espetáculos	21,06%	11,14%	16,67%	30,28%	21,46%	13,52%
	Cinemas	9,13%	5,12%	4,46%	16,19%	8,59%	7,08%
	Shopping Centers	6,33%	2,45%	3,40%	10,13%	7,24%	5,36%
Grupos artísticos	Teatro	32,97%	24,72%	35,73%	37,17%	28,70%	26,18%
	Tradicional/popular	55,11%	49,22%	66,61%	57,13%	38,38%	51,93%
	Dança	53,91%	47,22%	55,63%	51,92%	62,04%	40,13%
	Musical	43,07%	35,41%	44,48%	46,40%	43,60%	31,76%
	Orquestra	13,46%	8,46%	17,00%	14,81%	10,86%	6,44%
	Circo	2,73%	0,89%	2,17%	4,26%	2,44%	1,93%
Gestão	Artes plásticas	23,59%	16,26%	20,96%	30,10%	22,05%	21,46%
	Secretaria de Cultura Exclusiva	9,36%	13,81%	9,98%	12,29%	4,12%	5,58%
	Legislação de patrimônio cultural	29,07%	14,48%	13,32%	55,16%	20,88%	18,67%
	Conselho Municipal	24,65%	8,24%	10,76%	44,48%	18,10%	39,70%

Tabela 1: Percentual de municípios com presença de equipamentos culturais, grupos artísticos e órgão gestor de cultura por Grande Região - 2009

Fonte: IBGE/MUNIC (2010).

Cabe ressaltar que, dentre as diversas limitações da análise quantitativa, tem-se a exclusão da possibilidade de avaliar um fator de muita relevância: a qualidade do acesso aos equipamentos. Isso inclui o aspecto físico – se a oferta existe e, em caso afirmativo, quais as condições de infraestrutura, posicionamento espacial dentro da cidade e capacidade de público.

De qualquer forma, recorrendo-se a estudos acerca das principais cidades e RMs do país, discutidos adiante, observa-se que é comum a todas as RMs a concentração dos espaços culturais e de lazer nas áreas centrais e nos bairros nobres. Os principais estudos sobre o Brasil que enfocaram especificamente a problemática dos equipamentos culturais foram realizados a partir de estudos de casos das grandes cidades. Em geral, a distribuição dos equipamentos culturais nas principais metrópoles do país reflete a segregação da oferta de serviços públicos e privados. Observa-se, portanto, um ‘vazio’ nas periferias, que na sua maior parte são áreas de baixa renda, como é o caso da RM de São Paulo (BOTELHO, 2003; BÓGUS, PASTERNAK, 2011), Rio de Janeiro (MELO, PERES, 2005), Salvador (NUSSBAUMER et al., 2006), Belo Horizonte (SILVEIRA, SILVA, 2010) e Curitiba (FERREIRA, FERNANDES, HUÇULAK, 2011).

As investigações sobre o uso dos diversos equipamentos encontraram conclusões semelhantes: mesmo se o uso é gratuito, a maior parte do público que frequenta os espaços ligados a museus e/ou espetáculos possui nível superior e, conseqüentemente, maior renda. Esse é o caso da Estação das Docas em Belém (BARBALHO, FREITAS, 2011) e Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza (GONDIM, 2011).

Com finalidade de comparar as diferentes localidades do país, um dos estudos pioneiros e, até o momento, um dos mais abrangentes, é a pesquisa realizada pelo Ipea (SILVA, 2010). Elaborou-se um indicador de desenvolvimento da economia da cultura (IDECULT), em nível municipal e para as mesorregiões, a partir do consumo cultural das famílias, mercado de trabalho cultural e da oferta de equipamentos culturais.

Apesar das diversas limitações impostas pelo uso de um indicador que não é capaz de registrar “as interações sociais que engendram as dinâmicas de produção da diversidade cultural”, apreendendo apenas “aspectos materiais e quantificáveis”, o estudo é inédito ao trazer uma radiografia do país em nível municipal (SILVA, 2010, p. 37). Os dados reportam uma forte desigualdade dentro do território brasileiro, sendo as bibliotecas os equipamentos mais bem distribuídos, “os museus aparentemente mais frequentes no extremo Sul e os teatros em São Paulo e Rio de Janeiro”, enquanto há uma “ausência quase completa de orquestras e cinemas nos municípios brasileiros” (SILVA, 2010, p. 64).

Mais recentemente, os esforços dos pesquisadores têm consistido em agrupar as cidades, no intuito de classificá-las conforme tipologias específicas ou conforme seus graus de desenvolvimento cultural. Machado (20-), em estudo sobre cidades criativas, traz informações acerca do desenvolvimento cultural dos municípios brasileiros. As cidades foram agrupadas em cinco categorias: mista, não criativa, pouco criativa, algo

criativa e criativa, sendo que o aspecto que mais diferenciou as cidades foi o gasto per capita com cultura. A maioria dos municípios enquadrados no cluster criativo estão no Sul e Sudeste, enquanto a maioria dos não criativos localizam-se no Nordeste e Norte.

Machado (20-) ainda traz dados sobre as 10 principais RMs brasileiras referentes ao mercado de trabalho – proporção ocupada na classe criativa, grau de informalidade e rendimento médio da classe criativa e outras ocupações – e gastos privados com consumo dos 25% mais ricos – recorte para avaliar barreiras ao consumo não monetárias. Em consonância com outros estudos, verificou-se que cidades com maior proporção de famílias que não realizam gastos culturais também apresentam maior proporção de chefes com menor grau de escolaridade, ao mesmo tempo em que a participação relativa dos domicílios chefiados por mulheres nos gastos positivos é maior.

Machado, Simões e Diniz (2013) apresentam uma tipologia da relação entre amenidades urbanas e potenciais clusters criativos. As variáveis são compostas de informações sobre a população, tais como nível educacional, estado civil, condições da residência e outras (Censo Demográfico/IBGE); sobre o desenvolvimento cultural (MUNIC) e gastos municipais (FINBRA) de 5570 cidades brasileiras. Conciliando duas técnicas de análise multivariada – análise de cluster e análise discriminante – novamente, os resultados confirmam que os clusters com maiores potenciais, apesar de dispersos, estão, em sua maioria, localizados nas regiões Sul e Sudeste.

Por fim, têm-se escassas pesquisas empíricas acerca da relação entre desenvolvimento econômico e cultural das cidades no Brasil. Especificamente mencionando as hipóteses de Florida, tem-se os estudos de Golgher (2008) e Cavalcanti e Silveira Neto (2014). O primeiro discute a relação entre a distribuição de trabalhadores qualificados e trabalhadores na economia criativa com dados municipais e análise de cluster. O autor agrupa os municípios conforme índices de qualificação, tecnologia e entretenimento em oito categorias. Confirmam-se as disparidades regionais, visto que as capitais e os municípios das regiões Sul e Sudeste apresentam os valores mais elevados para diversos indicadores, com destaque para São Caetano do Sul (SP), Niterói (RJ) e Florianópolis (SC).

Cavalcanti e Silveira Neto (2014, p. 17-18) construíram indicadores para criatividade e nível educacional (capital humano) e, através de painéis espaciais para três anos (Censos 1991, 2000 e 2010), auferiram o impacto dessas variáveis no dinamismo das 293 maiores cidades brasileiras. Concluíram que crescimento do emprego tem associações mais significativas com as medidas de capital humano em comparação às medidas da classe criativa e, sugerem, portanto, políticas voltadas a educação, ao invés de focar a atração de profissionais criativos, contradizendo a hipótese de Florida (2002, 2003).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na área de Economia Urbana, procurou-se demonstrar visões acerca do setor cultural vinculadas ao crescimento e/ou desenvolvimento econômico local ou regional, sobretudo com base nas teses de Glaeser (2001) e Florida (2002; 2003). A defesa das políticas de promoção de amenidades culturais é observada em ambas as teses e tem sido fortemente criticada. Destacam-se Stoper e Scott (2009), que apontam que tais ações podem contribuir para o aumento do hiato entre as classes sociais, enquanto Pratt (2008; 2009) enfatiza problema da gentrificação como decorrência das intervenções urbanas que têm sido praticadas.

Os debates que vinculam cultura e urbanismo direcionam-se, principalmente, a estudos de casos do impacto das políticas de promoção de cidades criativas e de revitalização de áreas degradadas. Também tem sido enfatizado a legitimidade do direito à cultura, a luz da sua importância como fator de distinção social e como facilitadora de acesso à cidade e a cidadania.

Apesar de pontos de vistas diferentes, há consenso sobre a relevância das ações públicas em prol do desenvolvimento cultural das cidades e, no caso brasileiro, de um ‘vazio’ espacial da oferta cultural institucional, tanto nas cidades menores, quanto nas áreas periféricas das grandes cidades. Há uma tendência de concentração da oferta de serviços culturais em grandes cidades, visto que as amenidades de consumo, entre elas, as culturais, são resultado das externalidades de aglomeração. Contudo, a inexistência de oferta cultural em determinada localidade, complementada de outros aspectos sócio demográficos que dificultam o acesso, impossibilita aos que ali residem a formação de hábitos de consumo extradomiciliar. Cabe ressaltar que os bens culturais são bens de experiência e, portanto, a demanda depende de exposição prévia (STIGLER, BECKER, 1977).

Os estudos mostram que, no caso dos equipamentos, houve um aumento da oferta no período analisado em linha com as metas do Plano Nacional de Cultura, mas permanece ausente a preocupação da distribuição dos equipamentos dentro da RM. Como agravante, a estreita relação entre renda, educação e consumo cultural expõe que a formação de público perpassa tanto pela necessidade de mediação entre ‘consumidores’ e ‘manifestação cultural’ ou informacional, quanto as barreiras geográficas, socioeconômicas e simbólicas.

Além disso, a maioria das cidades brasileiras apresentam alta concentração do consumo, baixo grau de desenvolvimento cultural, agravadas pelas fortes disparidades regionais, alta segregação urbana e desigualdade de renda, restringindo o acesso cultural as camadas de maior poder aquisitivo e nível de escolaridade. Como a oferta cultural também se concentra nas áreas urbanas de maior renda das grandes cidades, reforça-se as trajetórias de urbanização das cidades, já marcadas pela segregação e pela perda da função da urbe como meio de interação social.

Então, a despeito da facilitação do acesso a bens culturais e a informação após

a expansão da internet e dos aparelhos eletrônicos, entende-se que as práticas domiciliares de consumo deveriam relacionar-se às preferências e não como ‘única opção’ dos indivíduos. Dentre outras razões, tem-se que as práticas coletivas de consumo a partir do uso do espaço público da cidade têm potencial de aumentar a interação social, o respeito às diferenças e o exercício da cidadania. Considerando que os diversos tipos de participação cultural extrapolam o uso do tempo livre para mero entretenimento, a restrição do acesso à determinadas ofertas culturais restringem também as “oportunidades de formar concepções do mundo, erigir consensos, construir cultura política e exercer cidadania [tradução nossa]” (MANTECÓN, 2009, p. 94).

Dessa forma, considerando que esse setor é marcado pela presença de subsídios, pode-se afirmar que os avanços recentes em termos de democratização das políticas não têm sido suficientes para reversão da inércia das desigualdades. Então, as ações culturais não serão capazes de reverter o quadro atual se não forem articuladas com outras áreas da gestão pública, tais como educação, segurança e planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. C. R.; LIMA, J. P. R.; GATTO, M. F. Gastos com Saídas Culturais nas Regiões Metropolitanas: a Localização Importa? Análise das Pesquisas de Orçamentos Familiares 2002-03 e 2008-09. **Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos-ENABER**. São Paulo, 2017.
- BARBALHO, A.; FREITAS, A. P. N. Política cultural e consumo na região amazônica: um estudo dos públicos da Estação das Docas em Belém do Pará. **ALCEU**. v. 12, n.23, p. 130-142, 2011.
- BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. A distribuição dos equipamentos culturais e os processos de segregação na cidade de São Paulo: O acesso à cultura na urbe metropolitana. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciência Sociais. Salvador-BA. **Anais**. Salvador: UFBA, 2011.
- BOTELHO, I. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Espaço & Debates – Revista de Estudos regionais e urbanos**. n. 43/44, 2003.
- BOTELHO, I. Políticas culturais: discutindo pressupostos. In: NUSSBAUMER, G. (Org.) **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. 257 p. — (Coleção Cult).
- BOTELHO, I.; FIORE, M. O uso do tempo livre e as práticas culturais na região metropolitana de São Paulo. In: XVIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. A questão social no novo milênio. Coimbra, Portugal. **Anais**. Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra: 2004.
- CANCLINI, N. Todos tienen cultura: ¿quiénes pueden desarrollarla? In: Conferencia para el Seminario sobre Cultura y Desarrollo. Washington. **Anais**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.
- CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos**. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CAVALCANTI, F. L.; SILVEIRA NETO, R. M. Creative Class, Human Capital and Urban Dynamism: Empirical Evidence for the Brazilian Cities. In: XLI Encontro Nacional de Economia. Natal-RN. **Anais**. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2014.

FERREIRA, A. G.; FERNANDES, F. A.; HUÇULAK, J. A internacionalização de Curitiba: uma análise a partir de equipamentos urbanos de consumo e lazer. **Revista Geomae**. v.1, n. 1, p. 17-35, 2011.

FERREIRA, J. A reversão de equívocos históricos para novos imaginários urbanos. **Folha de São Paulo**. 03/01/2016. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/01/1723759-a-reversao-de-equivocos-historicos-para-melhorar-as-cidades.shtml>>

FLORIDA, R. Cities and the creative class. **City & Community**, v. 2, n. 1, p. 3-19, 2003.

FLORIDA, R. The rise of the Creative Class. Why cities without gays and rock bands are losing the economic development race. **Washington Monthly**. v. 34, n. 5. 2002.

GLAESER, E. J. **The Triumph of the City**: how our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier. New York: The Penguin Press, 2011.

GLAESER, E. L. Review of Richard Florida's The Rise of the Creative Class. **Regional Science and Urban Economics**. v. 35, n. 5, 2005.

GLAESER, E. L.; KOLKO, J.; SAIZ, A. Consumer City. **Journal of Economic Geography**. v.1, n.1, p. 27-50, 2001.

GLAESER, E. L.; MARÉ, D. C. Cities and Skills. **Working Paper Series n. 4728**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1994.

GOLGHER, A. B. As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados nos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 25, n. 1, p. 109-129, 2008.

GONDIM, L. M. P. Espaço Público, requalificação urbana e consumo cultural: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e seu entorno. **O público e o privado**, n. 17, p. 59-69, 2011.

GRAEFF, L.; WAISMANN, M.; BERG, O. A. Equipamentos culturais na Região Metropolitana de Porto Alegre: desafios e possibilidades de avaliação a partir das metas do Plano Nacional de Cultura. **Políticas Culturais em Revista**, v. 8, n. 1, p. 206-221, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Perfil dos Municípios Brasileiros 2009 - MUNIC 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2008-2009 e 2002-2003**. Microdados.

IBRAM – INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 592 p.

LIBANIO, C. A. Política Cultural e Acesso à Cidade. In: V Seminário Internacional de Políticas Culturais. Rio de Janeiro-RJ. **Anais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

LUCKEWE, P; PADILHA, M. F. F. G.; WANDERLEY, A. L. Qualidade dos gastos públicos em cultura no Brasil: uma abordagem sob a ótica da demanda. **Revista Desenbahia**. v. 11, n. 19, p.151-78, 2014.

MACHADO, A. F.; SIMÕES, R. F.; DINIZ, S. C Urban Amenities and the Development of Creative Clusters: The Case of Brazil. **Current Urban Studies**. v.1, n.4, p. 92-101, 2013.

MACHADO, A. P. Estudo 44: Cidades Criativas. **Projeto Perspectivas de Investimentos Sociais**

no Brasil (PIS), Cedeplar/UFMG: (20-). Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pis/Estudo%2044.pdf>>

MANTECÓN, A. R. Consumos culturales y ciudadanía en tiempos de globalización. **Indicadores Culturales**. Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, Buenos Aires, Argentina. p. 90-99, 2009.

MARKUNSEN, A.; KING, D. **The Artistic Dividend: The Arts' Hidden Contributions to Regional Development**. Humphrey Institute of Public Affairs. University of Minnesota, 2003.

MARKUSEN, A. **How cities can nurture cultural entrepreneurs**. Social Science Research Network - SSEP, nov. 2013.

MELO, V. A.; PERES, F. F. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. **Movimento**, v. 11, n. 3, p. 127-151, 2005.

MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Conselho Nacional de Política Cultural / Secretaria de Articulação Institucional –SAI. Brasília: MinC, 2011. 108 p. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/livro11-602-para-aprovacao.pdf/d17c52f9-3a60-4196-af5c-a6655f028f3b>

NUSSBAUMER, G. M et. al. Um mapa dos teatros de Salvador. In: II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - II ENECULT. Salvador. **Anais**. Salvador: Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-UFBA, 2006.

PRATT, A. C. Creative cities: the cultural industries and the creative class. **Geografiska annaler: Series B, Human Geography**, v. 90, n. 2, p. 107-117, 2008.

PRATT, A. C. Urban regeneration: from the arts 'feel good' factor to the cultural economy. A case study of Hoxton, London. **Urban Studies**. v. 46, n. 5-6, p. 1041-1061, 2009.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais na Bahia contemporânea. In: BARBALHO, A.; BARROS, J. M.; CALABRE, L. (Orgs.) **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2013. 316 p. (Coleção Cult).

SILVA, F. B. (Coord.) **Indicador de Desenvolvimento Cultural da Economia da Cultura**. Brasília: Ipea, 2010.

SILVEIRA, A. C. C.; SILVA, R. H. A. Os espaços de lazer na cidade: a política urbana de Belo Horizonte. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**. v.13, n.3, 2010.

STIGLER, G. J.; BECKER, G. S. De gustibus non est disputandum, **American Economic Review**, Nashville, v. 67, n. 2, p. 76-90, 1977.

STOPER, M.; SCOTT, A. J. Rethinking human capital, creativity and urban growth. **Journal of Economic Geography**. v.9, n. 2, p. 147-167, 2009.

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Representação no Brasil/Sobre Unesco no Brasil. **64 cidades se unem à Rede de Cidades Criativas da UNESCO**. 01/11/2017. Brasília/DF: Escritório da Unesco. Disponível em <[disponível em <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/single-view/news/64_cities_join_the_unesco_creative_cities_network/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/single-view/news/64_cities_join_the_unesco_creative_cities_network/)>

VAZ, L. F. Planos e projetos de regeneração cultural: notas sobre uma tendência urbanística recente. **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 8, n. 3, 2004.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-077-3

